

Lucas Massimo

Apresentamos aos leitores da *Revista de Sociologia e Política* os indicadores relativos às submissões e ao processo de arbitragem dos últimos quatro anos (2013 a 2016). As informações que reunimos no editorial de junho se dirigem a três segmentos bem específicos: aos autores dos artigos, aos pareceristas que fazem a avaliação de mérito sobre os manuscritos, e aos agentes responsáveis pela avaliação e ranqueamento das publicações científicas. Por meio desse documento o Comitê Editorial da *Revista de Sociologia e Política* apresenta dados para subsidiar a decisão dos autores ao submeter seus originais para a avaliação do nosso periódico.

Além desse público, queremos comunicar às instituições de financiamento qual é a abrangência da comunidade do nosso periódico, e qual é o nosso desempenho na avaliação desses artigos científicos. O período compreendido entre 2013 e 2016 coincide com o quadriênio utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a avaliação da Pós-Graduação no Brasil. Durante esses quatro anos a *Revista de Sociologia e Política* avaliou 528 artigos submetidos espontaneamente por 897 pesquisadores¹. São números que dão uma ideia do lugar do nosso periódico para a comunidade científica brasileira da área de Humanidades.

¹ Registramos nossos agradecimentos à Paulo Franz e Karolina Roeder pela compilação dos dados. Os valores apresentados aqui estão reunidos em planilhas alimentadas com dados da plataforma ScholarOne®. Tornamos públicos apenas resultados agregados, mantendo em sigilo as bases de dados, já que essas possuem informações confidenciais (de autores e pareceristas). Como a partir do dia 27/11/2013 todos os artigos foram arbitrados pela plataforma ScholarOne®, e não recebemos mais nenhuma submissão por e-mail, todos os processos podem ser auditados pela equipe SciELO Brasil.

A Tabela 1 apresenta a expansão do universo de autores que submeteram artigos nos últimos quatro anos ao nosso periódico. Em 2016 fomos procurados por 272 autores, um valor 17,7% mais elevado do que os 231 autores que submeteram seus artigos em 2015. Essa elevação reafirma uma tendência verificada nos últimos tempos, já que a nossa comunidade vem se expandindo de modo regular. Partindo de 2013 como base para comparação, o crescimento acumulado da população de autores no quadriênio foi de 39,8%.

Os Gráficos 1, 2 e 3 apresentam informações mais detalhadas sobre essa comunidade. Primeiro expomos informações sobre a titulação acadêmica, depois suas áreas disciplinares e por último sua distribuição geográfica.

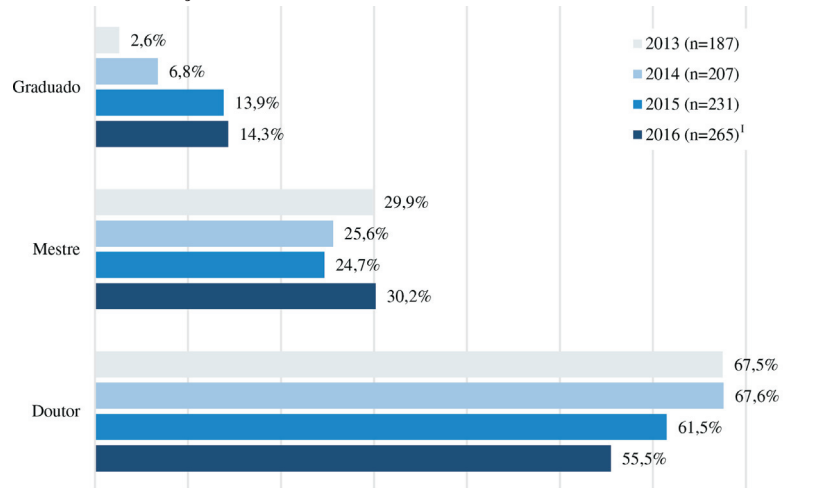
O Gráfico 1 confirma que nesses últimos quatro anos metade dos autores possui o título de doutor (no quadriênio os percentuais variam na faixa de 50%), e que a outra metade é bem distribuída entre mestres e graduados. Até o ano passado a situação de pós-doutor era representada separadamente dos autores que possuem o doutorado. Como em rigor não existe o título de “pós-doutor”,

Tabela 1 - Total de autores que submeteram artigos no último quadriênio

Ano	Total de autores	Crescimento proporcional ao ano	Crescimento proporcional acumulado
2016	272	17,7%	39,8%
2015	231	11,5%	22,1%
2014	207	10,6%	10,6%
2013	187	-	-

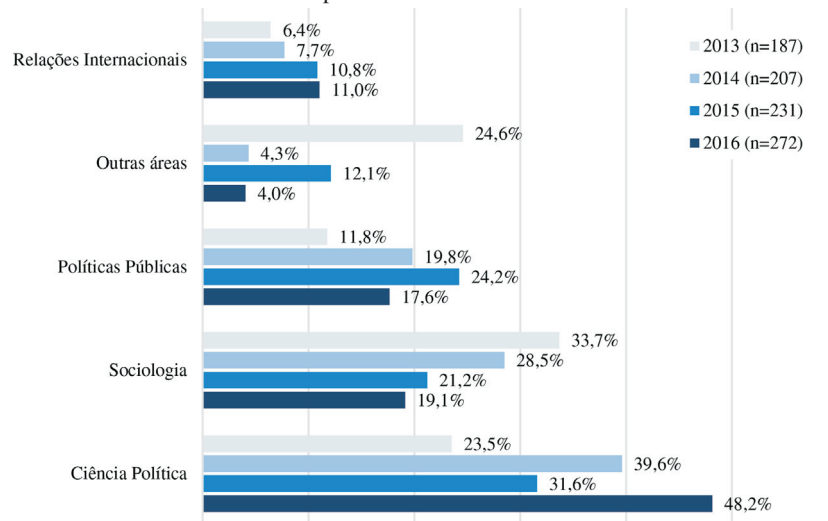
Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

Gráfico 1 - Titulação acadêmica dos autores



Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

¹ Há sete casos *missing data* no universo de 2016 referente a autores de instituições russas que não disponibilizaram a titulação.

Gráfico 2 - Vínculo dos autores por área do conhecimento ¹

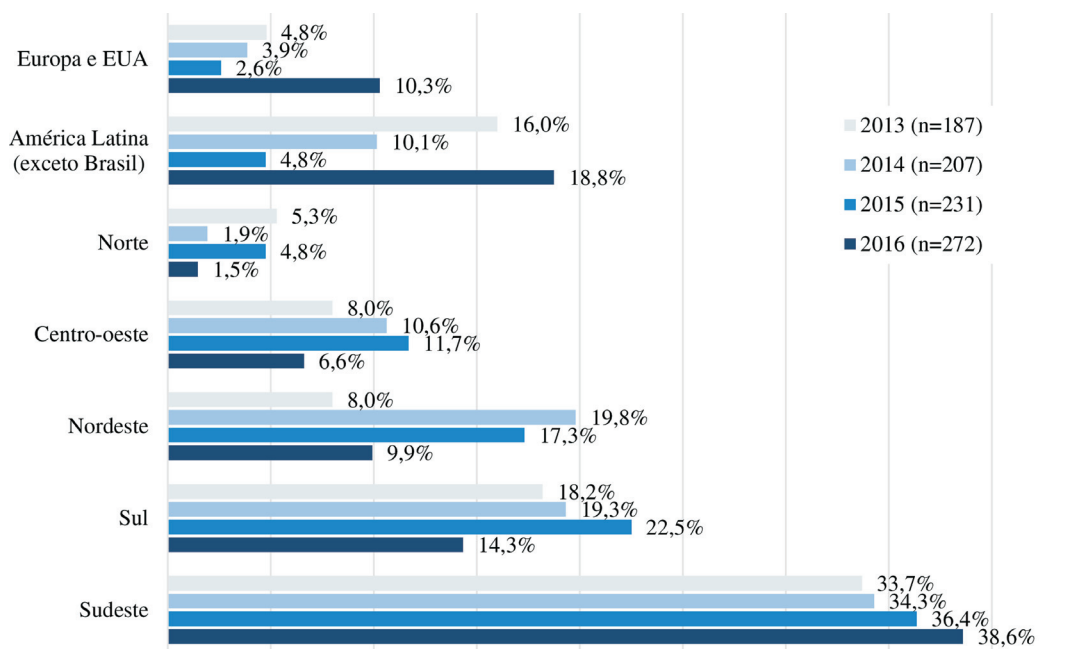
Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

¹ A classificação é realizada com base no nome do programa ao qual os autores se declaram vinculados. Na área de Políticas Públicas agregamos autores que pertencem a programas ou (departamentos) de Economia, de Administração, Planejamento Urbano, Políticas Públicas, entre outros. Na área de Sociologia agregamos o vínculo aos programas de Ciências Sociais, Ciências Humanas ou Sociologia. Em “Outras áreas” estão agregados os vínculos com Antropologia, Direito, História, etc.

deixamos de contabilizar a situação de pós-doc. No Gráfico 1 ela está agregada junto aos autores que concluíram o doutorado.

O Gráfico 2 revela que em 2016 quase metade dos autores que nos procuraram estavam vinculados a programas de pós-graduação em Ciência Política. Esse perfil é o que mais se expandiu em relação à 2015, passando de 31,6 para 48,2 pontos percentuais. Autores vinculados a Programas de Relações Internacionais se estabilizaram nesses dois anos (10,8% e 11%), ao passo que temos sido cada vez menos acionados por autores vinculados institucionalmente a Programas da área de Sociologia, Políticas Públicas e outras áreas de conhecimento.

Gráfico 3 - Regiões das instituições às quais os autores se declaram vinculados



Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

Os dados presentes no Gráfico 3 revelam uma impressionante expansão da participação de pesquisadores estrangeiros na população dos autores que submetem espontaneamente seus artigos para nosso periódico. Praticamente um terço daqueles que submeteram artigos em 2016 são vinculados a instituições da América Latina, Europa e EUA. Ao comparar as barras do ano anterior, no Gráfico 3, percebemos que o contingente de estrangeiros está tomando espaço dos autores provenientes das regiões norte, nordeste e centro-oeste, pois somente aumentou o percentual de autores vinculados a universidades na região sudeste.

Analisaremos a seguir o nosso desempenho no processo de avaliação dos artigos. São três informações que trazemos a público: na Tabela 2 resumimos as decisões tomadas nesse último quadriênio, na Tabela 3 expomos o tempo para a tomada de decisão e na Tabela 4 apresentamos indicadores sobre o processo de arbitragem.

A Tabela 2 indica que 10,7% (dezesseis artigos) dos manuscritos recebidos em 2016 foram aprovados para publicação. Somando com os dez artigos (6,7%) que receberam decisões de aprovação condicionada à revisão², conclui-se que a taxa de aprovação em 2016 foi de 17,4% (ou seja, 26 artigos no total de 149 submissões avaliadas). A taxa de recusa em análise preliminar (sobre a qual tratamos no editorial de junho do ano passado, publicado no vol. 24, n.58) se mantém estável na faixa dos 60%.

A Tabela 3 apresenta o tempo dispensado na tomada de decisão. Em 2016 o tempo médio para aprovação de um manuscrito foi de 142,3 dias, e o tempo médio para a decisão pela reprovação com base em pareceres anônimos foi de 134,9 dias. O desvio padrão para a tomada dessas decisões em 2016 não foi tão alto (50,3 e 37,3, respectivamente) se levarmos em conta a quantidade de pareceres emitidos. O indicador de dispersão no tempo de tomada de decisão que vem sendo empregado nos últimos anos é o coeficiente de variação, e esse indicador também se manteve razoavelmente baixo no caso dos artigos que foram enviados para avaliação externa (os valores são de 35,4% para os artigos aprovados e 27,7% para os textos recusados com pareceres). Isso ocorre porque

² No editorial de junho de 2015 está especificado que tipo de decisão é a aprovação condicionada à revisão (Editores 2015, p.3).

Tabela 2 - Decisões tomadas pelos editores

	2013	2014	2015	2016
Recusa preliminar	40,8%	61,0%	59,5%	63,8%
Reprovado com pareceres	35,4%	13,6%	13,0%	14,1%
Recusado com reapresentação	10,8%	8,5%	6,1%	4,7%
Aprovação condicionada à revisão	3,8%	6,8%	7,6%	6,7%
Aprovado	9,2%	10,2%	13,7%	10,7%
	n=130	n=118	n=131	n=149

Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

a maioria das decisões pela aprovação ou pela rejeição foram tomadas mais ou menos no mesmo tempo (cerca quatro meses).

A Tabela 4 resume os indicadores acerca do processo de arbitragem. Durante o quadriênio foram emitidos 627 pareceres para 228 artigos. Ao longo dos quatro anos enviamos 1.081 convites para a emissão de pareceres (545 dos quais foram aceitos). Vale destacar que em 2016 registramos a menor quantidade de pareceres emitidos por texto (2,19) no quadriênio, o que indica a convergência de avaliações no processo de arbitragem ao longo do quadriênio. É razoável que eventualmente ocorra um desacordo entre o parecerista 1 e o parecerista 2 e nessas situações o parecerista 3 é chamado para esclarecer os editores acerca da decisão a se tomar. Contudo, se for necessário acionar mais do que três pareceres para decidir pela publicação ou não, então somos obrigados a concluir que ou não escolhemos corretamente os pareceristas, ou um dos pareceres foi insuficiente, ou os artigos não deveriam ter passado no processo de avaliação preliminar.

Um dado relevante presente nesse balanço se encontra na Tabela 3: é a dispersão na recusa em artigos sem pareceres. Em 2016 o tempo necessário para a avaliação preliminar dos artigos, pelos editores, foi de 32,4 dias (em média), mas o desvio-padrão nesse mesmo prazo foi de 15,2, um pouco abaixo da metade: o coeficiente de variação observado nessa distribuição é de 46,9%. Isso significa que em 2016 alguns autores aguardaram muito mais do que um mês para receber uma resposta, ao passo que outros receberam suas respostas em uma quinzena.

Esse problema de gestão dos fluxos de tarefa será ampliado se considerarmos a aceleração no fluxo de submissões espontâneas. Em março de 2017 publicamos um editorial propondo uma maneira simples de mensurar da aceleração das submissões ao longo do ano. Comparando quantos dias foram decorridos até a entrada de uma determinada submissão no ano corrente e nos anos anteriores podemos ter uma ideia sobre a intensidade da oferta de artigos apresentados para a nossa avaliação. A aceleração desse fluxo em março estava na ordem de 33,3% (em 01/03/2017). Hoje, em 30/05/2017, quando esse editorial é escrito, o valor é de 36,1%³. Portanto, precisamos nos preparar para a expansão das submissões espontâneas.

Tendo esse cenário em mente, foram tomadas duas decisões pelo Comitê Editorial. A primeira delas é a elevação no prazo para a realização da análise preliminar. A segunda é a criação de um prazo de carência para novas submissões.

Nos próximos dias, quem acessar nossa página de instruções aos autores vai ler que o prazo para a tomada de decisões em análise preliminar pelos editores será de 45 dias (ao invés de 20) – a mesma informação estará presente na resposta automática que todos recebem ao concluir o processo de submissão dos

³ O número é obtido a partir da submissão mais recente. No caso, o último processo que recebemos em 2017 é o RSOCP-2017-0084, que entrou no dia 25 de maio de 2017 (decorridos portanto 144 dias a partir de 01 de janeiro). Em 2016 o processo RSOCP-2016-0084 entrou no dia 15 de julho, 196 dias após 01 de janeiro de 2016. Dividindo 196 por 144

chegamos à fração de 1,361, o que indica uma elevação de 36,1% em relação ao ano anterior.

Tabela 3 - Tempo dispensado na tomada de decisão (em dias)

	2013			2014			2015			2016		
	Média	Desvio Padrão	CV*	Média	Desvio Padrão	CV*	Média	Desvio Padrão	CV*	Média	Desvio Padrão	CV*
Recusa preliminar	11,8	7,9	66,9%	19,9	6,5	32,5%	22,3	7,8	34,8%	32,4	15,2	46,9%
Reprovado com pareceres	141,2	76,9	54,5%	107,2	41,1	38,3%	105,6	37,1	35,1%	134,9	37,3	27,7%
Aprovado	71,2	139,4	195,8%	117,8	42,5	36,1%	104,3	47,5	45,6%	142,3	50,3	35,4%
Emissão de pareceres por avaliadores anônimos	46,3	48,4	104,5%	47,4	34,8	73,4%	43,6	30,1	69,0%	44,3	21,7	49,0%

Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

*O coeficiente de variação (CV) é obtido pela razão entre o desvio padrão e a média, cujo resultado deve ser representado percentualmente. Trata-se de um indicador simples do ponto de vista aritmético e adequado para se mensurar a dispersão ou a convergência no tempo de tomada de decisões para a comparação entre grupos.

Tabela 4 - Indicadores sobre o processo de arbitragem (2013 a 2016)

	2013	2014	2015	2016
Pareceristas convidados	477	247	190	167
Pareceres emitidos	268	105	129	125
Taxa de recusa para avaliação	57,7%	60,3%	36,8%	25,1%
Quantidade de textos avaliados	72	46	53	57
Pareceristas que aceitaram o convite	202	98	120	125
Pareceres emitidos por texto (média)	3,72	2,28	2,43	2,19

Fonte: arquivo da *Revista de Sociologia e Política*.

artigos. Essa medida não resolve o problema da dispersão, mas pelo menos adequa as expectativas dos autores à realidade do trabalho de editoria científica no Brasil (eventual, não remunerado, pouco profissionalizado, não institucionalizado e realizado em meio a todos os outros compromissos científicos e administrativos nas universidades). Esperamos que cada pesquisador faça um planejamento de suas submissões com base em prazos que podem, de fato, ser cumpridos pelos editores.

A segunda decisão é a criação de um tempo de espera a ser observado por cada autor até que ele faça uma nova submissão, seja como primeiro autor, seja como coautor. Esse prazo de carência visa assegurar um tratamento isonômico a todos os nossos colaboradores.

São duas as situações em que se aplicarão regras para a espera. A primeira se refere aos autores dos artigos que foram *publicados* em nosso periódico: seus autores precisarão aguardar no mínimo 12 meses para apresentar uma nova submissão. Esse prazo começa a contar a partir do mês em que o artigo foi publicado. Por exemplo, se um artigo é publicado em setembro de 2017, seus autores só poderão apresentar uma nova submissão após 12 meses, ou seja, em setembro de 2018. A segunda situação se aplica aos autores dos artigos que são recusados em análise preliminar, isto é, sem pareceres emitidos por avaliadores anônimos. Nesse caso os autores devem aguardar 180 dias para apresentar um novo artigo, contados a partir da data em que foi enviada a carta de recusa da submissão anterior. Por exemplo, se um autor receber uma recusa preliminar no dia 01/06/2017 ele não poderá apresentar novos artigos antes do dia 28/11/2017.

Há uma terceira situação: os casos dos autores que tiveram seus artigos recusados após a avaliação externa por avaliadores anônimos. Nesses casos os autores já ficaram alguns meses aguardando o processo de arbitragem para receber uma resposta negativa. Portanto, não faz sentido aumentar o tempo de espera deles para novas submissões.

Nenhuma das duas regras será retroativa e somente passarão a ser aplicadas no segundo semestre de 2017 – até lá esse editorial já estará em circulação e nossa página na SciELO já terá sido atualizada. Portanto, as novas normas só entrarão em vigência após o dia 1 de agosto de 2017. No caso dos artigos aprovados após essa data, essa informação estará presente na declaração de ineditismo, que deve ser rubricada por cada autor. No caso dos artigos recusados em análise preliminar, o informe sobre o tempo de carência constará da carta de recusa.

Gostaríamos de agradecer aos nossos apoiadores e financiadores pelos escassos recursos para arcar com as despesas do periódico em 2016. Nosso reconhecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tec-

nológico (CNPq) pelo “Programa de Apoio a Publicações Científicas”. Gostaríamos de agradecer também ao patrocínio do Curso de Especialização pago em Sociologia Política da UFPR pelo aporte constante de dinheiro ao longo de todos esses anos, recursos sem os quais a *Revista de Sociologia e Política* não mais existiria.

Registramos com satisfação o reconhecimento do nosso trabalho nesses últimos 24 anos: a *Revista de Sociologia e Política* foi classificada pelo comitê de área de Ciência Política da CAPES como A1. O prestígio e a influência dos periódicos indexados pela Scopus® são mensurados pelo *SCImago Journal Rank* (SJR), e os resultados obtidos por esse indicador, para a *Revista de Sociologia e Política*, se elevaram de modo regular no último quadriênio (2013-2016). Os valores para esses quatro anos são 0.199, 0.241, 0.250 e 0.387, respectivamente.

Lucas Massimo, com a colaboração de Adriano Codato e Bruno Bolognesi.

Referências

Editores, Os Editorial *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, p. 03-08, jun. 2015. DOI: 10.1590/1678-987315235401

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.